



O Social em Questão

ISSN: 1415-1804

ISSN: 2238-9091

osq@puc-rio.br

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
Brasil

Caetano, Hugo Silva

O serviço social na educação de marisqueiras

O Social em Questão, vol. 17, núm. 31, 2014, -Junho, pp. 225-236

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Brasil

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=552264797011>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais informações do artigo
- ▶ Site da revista em redalyc.org

LUZEM
redalyc.org

Sistema de Informação Científica Redalyc

Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal

Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa
acesso aberto

O serviço social na educação de marisqueiras

Hugo Silva Caetano¹

Resumo

O artigo trata do serviço social na educação de marisqueiras, evidenciando a problemática da educação formal (e não formal) na vida destas mulheres, bem como a relação dessas modalidades de educação com o trabalho feminino na pesca, especificamente o trabalho das marisqueiras. As questões abordadas referem-se, basicamente, a aspectos ligados ao cotidiano das marisqueiras na maré, na escola, nas associações e nas colônias de pescadores(as), às dificuldades de permanência delas na escola, a ausência de políticas públicas para a resolução desse problema, o desenvolvimento do currículo em comunidades pesqueiras e a importante mediação do assistente social nos conflitos existentes entre a escola e o mundo da vida dessas mulheres.

Palavras-chaves

Serviço social; Educação; Marisqueiras

Social services education in seafood workers

Abstract

Article about social service in the education of seafood, highlighting the problem of formal education (not formal) in the lives of these women, and the relationship of these forms of education to the female labor in fisheries, specifically the work of seafood. The issues raised relate primarily to aspects of everyday life of seafood restaurants on the tide, at school, in the associations and fishermen colonies, the difficulties of them stay in school, the absence of public policies to solve this problem, curriculum development in fishing communities and the important mediating social worker in conflicts between school and the world of the lives of these women.

Keywords

Social services; Education; Seafood

Introdução

O presente trabalho é fruto de reflexões oriundas da pesquisa intitulada *Na maré e na escola: experiências educativas de marisqueiras de Salinas da Margarida-BA*, realizada através do Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade (PPGEduC) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). A discussão aqui realizada versa sobre as possíveis motivações que levam marisqueiras a não frequentarem efetivamente os espaços de educação formal ou não formal (GOHN, 2010) e a importância do serviço social na intervenção desses conflitos. Partimos da ideia de que a ausência de debate sobre o cotidiano das marisqueiras por parte da escola faz com que a mesma não compreenda as implicações que permitem a não permanência dessas mulheres nos espaços de educação formal e/ou não formal. O assistente social, nesse sentido, apresenta-se como mais um olhar profissional sobre essa problemática, possibilitando que ela seja vista de forma multidisciplinar, abrindo espaço para a resolução conjunta da questão em debate.

Como metodologia, utilizamos, depois da pesquisa bibliográfica, a observação e a entrevista centrada na pessoa (MOTA, 2012), que têm como foco pontuar os aspectos subjetivos e sociais das marisqueiras, abordando seus pontos de vista sobre a educação formal e não formal, sobre as políticas públicas para as mulheres e sobre o trabalho feminino na pesca. Do resultado dessas entrevistas, apresentamos, nesse artigo, os depoimentos de duas marisqueiras que participaram da pesquisa citada anteriormente. Cumpre-se observar que, para fins de proteção da identidade e da privacidade das entrevistadas, foi solicitada das mesmas a assinatura de um termo de consentimento, autorizando os seus depoimentos e as suas imagens, quando necessário. Na escrita, nos casos em que precisamos tratar dos gêneros masculino e feminino, procuramos garantir a visibilidade do feminino através do acréscimo de artigos (a, as) que o identificassem, colocando-os entre parênteses.

Para a produção dessa reflexão, dialogamos com alguns(mas) autores(as) que já discutem a inserção do serviço social na educação, como Souza (2005) e Bolorino (2007), outros(as) que tratam da educação com foco em políticas públicas e, ainda, os que abordam a questão do trabalho feminino na pesca, como Maneschy (2000) e Maldonado (1986).

Discussão

A educação não se justifica sem um movimento de mudança social, que melhore a vida das pessoas, torne-as conscientes de direitos e promova nelas a capacidade de reivindicação pela melhoria das condições socioeconômicas, através do trabalho

digno, de oportunidades à educação formal, de ter lazer e de usufruir dos bens materiais e simbólicos produzidos pela sociedade. Esses direitos, nem sempre garantidos às diversas camadas sociais, estão, cada vez mais, sendo debatidos por agentes da sociedade civil, principalmente os integrantes do chamado terceiro setor, como as organizações não governamentais (ongs) e o movimento social.

Entre essas entidades, as questões sobre o trabalho feminino na pesca, especificamente o trabalho de marisqueiras, tem sido um importante fator de discussão no que respeita não somente à educação, mas também à cultura, ao meio ambiente, aos territórios pesqueiros e às questões relacionadas às políticas afirmativas para mulheres, onde as discussões sobre gênero têm contribuído para refletir aspectos sobre a invisibilidade do importante trabalho das coletoras de mariscos e, conseqüentemente, da falta de acesso a informações que viabilizem a inserção dessas mulheres em espaços importantes de definição política, como as associações, as colônias de pescadores(as), os partidos políticos e a escola (MANESCHY, 2000). Esses espaços, formais ou não formais, em que pese suas especificidades, se não forem transformados em instrumentos representativos de fachada, que sirvam apenas de centralização político-partidária ou motivação assistencialista, são lugares pedagógicos onde o conhecimento pode se tornar uma alternativa garantida de reivindicações.

Já em sua análise sobre a educação não formal, Gohn (2010) aborda esta questão, pontuando formas de como esta modalidade educacional incentiva a participação política dos indivíduos, tornando-os conscientes dos problemas enfrentados pela sociedade, situações menos comuns aos espaços de educação formal. Segundo a autora, os espaços de educação não formal têm garantido aos indivíduos processos discursivos de valorização da autoestima, busca de direitos e a manifestação ideológica de diversas identidades, como as de gênero, de etnia, de orientação sexual, de região, etc, promovendo, desta forma, uma consciência política para a melhoria da qualidade de vida dos(as) cidadãos(ãs), principalmente daqueles(as) que vivem em situação de exclusão social, como as marisqueiras. Diferente da educação formal, que sistematiza, certifica e seleciona, a educação não formal é um referencial de que o indivíduo aprende através da intencionalidade, adquirindo uma consciência crítica do mundo e de si próprio. No entanto, esta é uma conquista das marisqueiras que vem acontecendo em pequenos passos.

Estas observações permitem reafirmar a educação como um processo social capaz de interferir na mudança de vida das pessoas, pondo em questão a relação entre a educação e o serviço social. Guardadas as devidas proporções, a emer-

gência deste campo de atuação profissional na educação chama a atenção para o desvelamento de questões sociais advindas do seio da família e da sociedade, que têm tomado de assalto instituições públicas, particulares ou filantrópicas de educação, exigindo de todas elas a necessidade do enfrentamento multidisciplinar dessas problemáticas. Conforme Souza (2005, p. 38),

o serviço social se fortalece no campo da educação por atuar em um espaço onde a diversidade humana, cultural e econômica estão presentes, as relações interpessoais estão em constante processo de ruptura e aliança, a competição, o individualismo, a dualidade de poderes reclamam ações que transformem o ser humano enquanto autor e ator de uma história com posturas éticas.

A saber, a abordagem da autora versa sobre questões abrangentes, que passam o cotidiano das instituições educacionais e o fazer pedagógico, mas que reverberam nos corredores das escolas, nas salas de aula, nas relações entre professores(as) e estudantes e que, embora o(a) educador(a) tenha consciência dos impactos que elas causem na aprendizagem, o(a) mesmo(a) se vê limitado(a) a dirimi-las sozinho(a), uma vez que a qualificação pedagógica, por si só, não tem dado conta de enfrentá-las. Segundo Castro (2013, p. 458), esta é uma situação já percebida em estudos sobre a educação:

Vários estudos e pesquisas internacionais demonstram o peso das variáveis externas à escola para explicar o desempenho dos alunos. No Brasil, pesquisas sobre os resultados do SAEB/Prova Brasil mostram que fatores externos à escola, como nível de renda e escolaridade dos pais, explicam entre 70 e 80% dos resultados de aprendizagem.

No caso posto em discussão, isto é, a exclusão das marisqueiras do acesso à educação formal (ou não formal) e de políticas públicas que lhes façam permanecer nesses espaços, é preciso considerar não somente a exclusão escolar, mas a invisibilidade do trabalho feminino na pesca e as consequências dessa exclusão, que não é só escolar, mas também social. Por enfrentarem uma jornada de trabalho extensa², as marisqueiras sentem muita dificuldade em frequentar a escola assiduamente e, quando persistem em participar das aulas, não se adequam à forma pedagógica tradicional, utilizada nos cursos regulares, a qual provoca insatisfação e desmotivação para continuar os estudos. Isto quer dizer que, para in-

cluir as marisqueiras no processo de aprendizagem formal, além de repensar a prática pedagógica tradicional, a escola haveria que repensar a organização dos espaços escolares, a sazonalidade do tempo na mariscagem, a administração das tarefas domésticas cotidianas, a venda dos mariscos, o machismo dos maridos, as condições do corpo educado pelo trabalho, em suma, situações extensivas ao dia-a-dia da mariscagem que necessitam ser pensadas a partir do trabalho dessas mulheres. O depoimento de uma marisqueira poderia ajudar a entender melhor o que estamos dizendo:

a nossa labuta na maré é muito difícil. Tem uma parte que é até divertido, mas é difícil, viu? Precisa ter muita coragem, chamar muito por Deus, porque, se a gente não chamar por Deus, não tiver fé mesmo, a gente esmorece, que é muito cansativo. Já pensou acordar, quando a maré tá cedo, acordar de manhã cedo no melhor do sono, cê tá ali na sua, seu corpo quentinho, principalmente agora, né, que tá entrando o inverno, período de chuva, de frio, chega lá, mesmo a gente botando uma proteção, mas não deixa de não sentir frio, porque tem muitas que sente frio. Eu mesmo tenho uma prima que esse tempo assim ela fica ruim. Começa a chover, as mãos dela endurece, por causa do frio, né, porque ela sente logo frio (Maria Izabel, 2012).

O corpo é um elemento simbólico no processo de aprendizagem na mariscagem. É através dele que as marisqueiras experienciam o frio, o calor, a chuva, a areia quente do caminho, a água, que umedece a pele, o salitre, os óleos³, que enrugam a pele, o contato com a lama, que gera doenças do tipo câncer no colo do útero, além de hipertensão, unhas carcomidas, problemas na coluna vertebral, lesões por esforço repetitivo — LER — (RIOS *et al*, 2011), entre tantas outras que acometem as marisqueiras. Pelo corpo, também, a marisqueira se educa. Acordar cedo, quando a maré é *cedeira*⁴, despertar do sono cansado do dia anterior exige daquelas mulheres hábitos que só o cotidiano da maré as fazem continuar o trabalho duro e digno, que é mariscar.

Como dito anteriormente, a maré, por mudar cotidianamente o seu curso, não fica baixa sempre no mesmo horário. Como a marisqueira é uma pescadora da terra (MALDONADO, 1986), é preciso aproveitar o período em que a maré baixa dê condições de coletar os mariscos. Assim, o corpo precisa se educar através do clima e dos horários diversificados. Como alerta Monteiro (2010, p. 58), “criar o hábito no corpo não é um ato simples, é ne-

cessário um sem-número de repetições, de tentativas e variações. O que está em jogo, mais do que simplesmente uma questão ortopédica, é uma questão de posicionamento no mundo”. As marisqueiras, pelo próprio trabalho, se educam para enfrentar essa realidade.

Corpo e trabalho são atributos educativos na mariscagem. Assim como o corpo é educado através do cotidiano do trabalho, a marisqueira assimila essas práticas através da mariscagem. Segundo Saviani (2007, p. 154), “a relação entre trabalho e educação é uma relação de identidade”. Isto é, pela experiência do trabalho, as pessoas aprendem e reorganizam o seu fazer, de acordo com os valores que atribuem às práticas elaboradas no cotidiano, transformando-as em motivo de crescimento físico, moral ou intelectual. Nesse sentido, o trabalho das marisqueiras ensina a ver o mundo de forma ética, pois o trabalho é concebido como motivo de orgulho, de altivez e de honestidade, mesmo que elas reconheçam as dificuldades nele encontradas.

Eu sou mãe de seis filhos e criei eles na maré. Chegava, tinha que correr pra arrumar pra ir pra escola. Às vezes não ia, às vezes, dava um café, assim, rapidinho, porque, às vezes, a comida ainda não estava pronta. Aí, hoje eu vejo meus filhos já tudo rapaz (...) Então, isso pra mim é motivo de orgulho, né? [Alguns] não se formaram porque não quiseram, mas eu vejo eles criado e me lembro, assim, um short, uma cueca, é um talco, um perfume que eu tirava da maré, entendeu? Pra eles, um caderno, um livro, uma sandalhinha, enfim. E, hoje, a gente vê, assim, eles homens, os outros que ainda não se formou também, que tá estudando. É motivo de orgulho (Lucinha, 2012).

As considerações de Lucinha fazem retomar a discussão sobre a abertura da escola e de outras instituições de educação para outras práticas profissionais que contribuam com o desenrolar social de camadas populares, como as de marisqueiras. Vê-se que as questões colocadas pela marisqueira não diz respeito apenas à relação com a escola. Para que os filhos tenham acesso à mesma, foi preciso uma série de renúncias que, certamente, interromperam a sua participação naquele espaço. Lucinha, apesar do orgulho que tem de seus filhos acessarem à escola, o trabalho duro da mariscagem não permitiu que ela também continuasse os estudos, direito que deveria ser garantido não só aos filhos. Tratando sobre essa questão do direito de “todos” à educação, Castro (2013, p. 459) discute a equidade como uma das formas primordiais da qualidade na educação:

Equidade em Educação significa que as circunstâncias pessoais de gênero, raça ou origem socioeconômica familiar não são obstáculos para garantir a qualidade do ensino e o direito de aprender a todos os indivíduos de uma dada sociedade. Nos melhores sistemas de Educação do mundo, a grande maioria dos estudantes tem um leque de oportunidades para desenvolver as competências e habilidades necessárias para o seu desenvolvimento pessoal e social, independentemente das condições socioeconômicas e familiares que os afetam.

Nesse sentido, percebemos que a falta de oportunidade de desenvolver essas habilidades e competências é gerada pela ausência de um mecanismo de diálogo entre as marisqueiras e a educação formal, impossibilitando que elas frequentemente efetivamente a escola, pensem sobre os seus problemas educacionais, encontrem alternativas para resolvê-los e interpretem a realidade a partir do seu próprio cotidiano; questões que envolvem a articulação entre pedagogia e serviço social. Tratando-se de um grupo de marisqueiras, torna-se plausível a elaboração de métodos de inserção dessas mulheres na luta por direitos historicamente garantidos por lei, como a educação formal, melhores condições de trabalho, direito à saúde e direito à creche para os filhos, políticas públicas que dão autonomia à mulher marisqueira e as inserem na sociedade como “sujeitas” do seu fazer. Isto posto, consideramos que o(a) assistente social “apóia-se no compromisso em lutar pela garantia dos direitos e contribuir para o crescimento social, político e cultural dos sujeitos” (SOUZA, 2005, p. 30), contribuindo, desta forma, para a emancipação dessas mulheres na escola e na sociedade. Nesse sentido,

sua ação se realiza de maneira interdisciplinar desenvolvendo formas de cooperação num nível crítico e criativo, favorecendo a realização de consensos de saberes e práticas em torno do projeto democrático, participando de um plano de trabalho que tem a intenção de uma educação transformadora (SOUZA, 2005, p. 36).

Essa articulação entre serviço social e educação, ao invés de descaracterizar o papel do(a) assistente social ou do(a) pedagogo(a), amplia o leque de olhares sobre a questão social, a qual não se localiza apenas na escola, na associação ou na colônia de pescadores(as). Mais amplamente, os problemas sociais que rebatem nesses lugares são, também, oriundos de situações outras, que acontecem fora do espaço escolar ou de qualquer entidade representativa, muitas vezes inviabilizando o trabalho pedagógico e o debate de questões de interesse comum. Sobre essa

questão, Bolorino (2007, p. 191), em seu trabalho *Educação e Serviço Social: elo para a construção da cidadania*, reflete:

Esta gama de situações converge para as instituições educacionais, envolvendo toda a comunidade escolar, visto que está dialeticamente relacionada à vida social e comunitária que sofre com os percalços das condições econômico-sociais desenhadas no cenário brasileiro em consequência do modelo econômico adotado no país [...], prejudicando o processo educativo desenvolvido nas escolas, que passa a necessitar da intervenção de outros profissionais na tentativa de equacioná-la.

O serviço social, neste caso, é uma das profissões a que se refere a autora, mesmo que ainda haja resistência por parte de alguns profissionais da educação (ALMEIDA, 2007). Pensando bem, é adequado reconhecer que cada profissão tem um arcabouço teórico-prático que define suas especificidades e que isso, de fato, delimita a identidade de cada área de atuação profissional. Não deve ser função do(a) assistente social fazer o papel que cabe ao(a) pedagogo(a): pensar estratégias de ensino aprendizagem, técnicas que despertem o(a) estudante na sala de aula para a aquisição do conhecimento. Até poderia ajudar no que concerne ao diagnóstico familiar ou social que dificulta a aprendizagem e sugerir estratégias de ações coletivas que aproximassem a família e a comunidade da escola, porém, essa atuação demandaria a abertura do(a) pedagogo(a) para entender a existência de assuntos que perpassam o fazer pedagógico em sala de aula e que são componentes significativos que interferem em sua prática. Da mesma forma, embora o(a) professor(a) possa ter uma noção daquilo que esteja interferindo na sua prática, essencialmente, não é da competência pedagógica solucionar os problemas que envolvem o contexto familiar e/ou social do(a) estudante. Assim, entendemos que a inserção do(a) assistente social no ambiente escolar é uma alternativa exequível de intervenção nas questões que envolvam a escola, a família e a sociedade.

Para as marisqueiras, em especial, o trabalho desses(as) profissionais poderia ajudar a refletir diversas questões que perpassam o cotidiano dessas mulheres. Nesse sentido, concordamos que o(a) assistente social ajudaria não só no diagnóstico, mas no entendimento dessas questões, através da realização de encontros, entrevistas, projetos, contato com as instituições formais de educação, organização do trabalho e do horário das aulas, questão bastante pontual, que implica na não permanência das marisqueiras na escola. Essas ações são importantes e necessárias à escola, principalmente por ser o serviço social “um

tipo de especialização do trabalho coletivo, profissão inscrita na divisão social e técnica do trabalho, intervindo no âmbito da produção e reprodução da vida social” (BOLORINO, 2007, p. 184).

O horário das aulas, para as marisqueiras é, de fato, um tema bastante complexo. Como dito anteriormente, o período em que a maré se encontra em baixa-mar é o horário mais adequado para a mariscagem. Como o fluxo marítimo é bastante sazonal, as marisqueiras, por esse motivo, não têm um horário fixo para mariscar, como acontece com a escola. Por conseguinte, sendo o tempo da escola divergente do tempo da mariscagem, nem sempre as marisqueiras estão em condições físicas de permanecer em uma aula que dura em torno de três horas. Em uma comunidade pesqueira tradicional (DIEGUES, 1983), essa é uma questão que a escola precisa considerar, se quiser garantir o acesso dessas mulheres à educação formal.

Outra questão a ser considerada nesse processo é a questão curricular. O currículo da escola regular tem se mostrado fixo, fechado, urbano,

desconectado do mundo real e preso a um modelo único que não oferece alternativas de percursos diferenciados àqueles que não desejam seguir o currículo acadêmico ditado pelas universidades (e consagrado pelo atual ENEM) [...], outra das principais causas do abandono e da evasão (CASTRO, 2013, p. 460).

Compreender esse quadro perpassa não somente pela mudança de método pedagógico. Mais amplamente, essa questão envolve um posicionamento político, uma abertura para conectar a escola com os anseios das marisqueiras, trazendo à tona as complexidades do mundo da vida, identificando os entremeios que as fazem desistir da escola e relacionando este cenário às necessidades de aprendizagem que elas precisam ter para enfrentar o cotidiano e dar condições de emancipação frente a uma sociedade que secundariza o seu trabalho e a sua existência profissional e social. O currículo, nesse sentido, implica uma postura crítica do mundo, da cultura, das subjetividades, colocando a pedagogia a favor dos silenciados (GIROUX e SIMON, 2011), nos quais se incluem as marisqueiras.

São problemáticas que, tanto a escola, como a associação, a colônia de pescadores(as) e os movimentos sociais presenciam cotidianamente e não podem se furtar em discutir. A presença das marisqueiras nas comunidades pesqueiras, principalmente no nordeste brasileiro (MANESCHY, 2000), é um acontecimento visível, assim como a situação educacional em que a grande

maioria delas se encontra. Se ainda não é possível conceber efetivamente as causas deste cenário, vale à pena as interrogações sobre essa realidade. É o que intentamos realizar nesse trabalho.

Considerações Finais

O presente trabalho discutiu a inserção do serviço social na educação de marisqueiras. De modo geral, nossa perspectiva intencionou versar sobre a participação do(a) assistente social, como mais uma alternativa, na mediação multidisciplinar dos conflitos de ordem sócio-familiar e pedagógica existentes entre a escola e o cotidiano dessas mulheres. Para este fim, nos apoiamos em autores que já discutem essa problemática e em depoimentos das próprias marisqueiras.

Concluimos, depois dessa reflexão, que pensar as relações existentes entre serviço social e educação, principalmente no caso das marisqueiras, implica pensar o cenário social em que essas mulheres estão inseridas. Diferente da pedagogia tradicional, a escola, para elas, deveria ser pensada a partir do cotidiano da mariscagem e suas complexidades. Nesse sentido, numa comunidade pesqueira, o currículo, os horários de aulas, os afazeres domésticos e a educação do corpo no trabalho devem ser considerados elementos pontuais de discussão pedagógica. A escola, sozinha, pode não estar preparada para o diagnóstico sócio-familiar dessas mulheres. Ainda que tenha conhecimento da realidade social das marisqueiras, prioritariamente, não é tarefa da pedagogia lidar especificamente com essa questão. De forma que a inserção de um(a) profissional como o(a) assistente social possibilita ver a situação de exclusão educacional das marisqueiras mais amplamente e, através de estratégias multidisciplinares, promover a permanência dessas mulheres na escola.

Se a educação é direito de todos, como expresso na Constituição Federal (CF/1988) e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB/1996), é papel da escola viabilizar formas de inserção e permanência das marisqueiras neste espaço. O cumprimento desse princípio legal favorece a autonomia dessas mulheres, possibilitando mais autonomia, o pleno gozo dos seus direitos e o exercício da cidadania.

Referências

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. *O Serviço social na Educação: novas perspectivas sócio-ocupacionais*. Texto elaborado para Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais, realizado em maio de 2007, em Belo Horizonte. Disponível em: www.cress-mg.org.br/Textos/textos_simposio/2007.05.19_plenaria8_neyteixeira.doc. Acesso: 06/09/2013.

BOLORINO, Eliana C. M. *Educação e serviço social: elo para a construção da cidadania*. Tese de Doutorado. São Paulo, SP: Pontifícia Universidade de São Paulo (PUC/SP), 2007.

CASTRO, Maria Helena Guimarães. *A gestão administrativa e pedagógica da escola*. In: ABPM, Todos Pela Educação (org.). *Justiça pela qualidade na educação*. São Paulo: Saraiva, 2013.

DIEGUES, A. C.. *Pescadores, Camponeses e Trabalhadores do Mar*. São Paulo, SP: Ática, 1983.

GIROUX, Henry A. SIMON, Roger. *Cultura Popular e pedagogia crítica: a vida cotidiana como base para o conhecimento curricular*. In: MOREIRA, Antonio Flávio. SILVA, Tomaz Tadeu da, (orgs.). *Currículo, cultura e Sociedade*, 12 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

GOHN, Maria da Glória. *Educação não formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas*. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v. 14, nº 50, p. 27-38, jan./mar. 2006.

MALDONADO, Simone. *Pescadores do Mar*. São Paulo, SP: Ática, 1986.

MANESCHY, Maria Crisina. *Da casa ao mar: papéis das mulheres na construção da pesca responsável*. Proposta, nº 84/85, mar-agost., pp. 82-91, 2000.

MONTEIRO, Ana Claudia Lima. *O aprendizado do corpo: repetição, imitação e transformação*. In: DAMIANO, G. A. PEREIRA, Lúcia Helena Pena. OLIVEIRA, Wanderley C. (orgs.). *Corporeidade e educação: tecendo sentidos...* São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

MOTA, Sueli, R. (Org.). *Fenomenologia e Educação*. Salvador: Editora da Universidade do Estado da Bahia, 2012.

RIOS, Antoniel de Oliveira; REGO, Rita de Cássia Franco; PENA, Paulo Gilvane Lopes. *Doenças em trabalhadoras da pesca*. Revista Baiana de Saúde Pública/Secretaria de Saúde do Estado da Bahia – v. 35, nº 1, jan/mar. Salvador-BA, 2011.

SAVIANI, D. *Trabalho e Educação: fundamentos ontológicos e históricos*. Revista Brasileira de Educação, v. 12, nº 34, jan/abr, 2004.

SOUZA, Iris de Lima. *Serviço Social e educação: uma questão em debate*. INTERFACE - Natal/RN - v.2 - n.1 - jan/jun, 2005.

Notas

- 1 Graduado em Filosofia pela Faculdade Batista Brasileira (FBB). Mestre em Educação e Contemporaneidade pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). E-mail: hugogicaetano@yahoo.com.br
- 2 Tanto a jornada de trabalho na mariscagem (a caminhada, a coleta, o cozimento e a catagem dos mariscos), como do período em que uma marisqueira consegue trabalhar durante a vida.
- 3 Repelentes fabricados pelas próprias marisqueiras, composto de querosene, azeite de dendê, alho e/ou hidratante.
- 4 Período em que a maré está baixa por volta da madrugada.

Recebido em dezembro de 2013, aceito para publicação em fevereiro de 2014.